

**AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.609.142 - PR (2016/0165114-3)**

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO

AGRAVANTE : FAZENDA NACIONAL

AGRAVADO : CRIART ASSOC P/ O DESENVOL SOCIO CULTURAL DA COMUNIDADE

ADVOGADOS : JOSE MACHADO DE OLIVEIRA - PR005366

FLAVIO ZANETTI DE OLIVEIRA - PR019116

MARIANA ELISA SACHET AZEREDO E OUTRO(S) - PR042154

**DECISÃO**

*PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA RECURSAL. IMPOSSIBILIDADE. DECISÃO QUE JULGA IMPROCEDENTE OS EMBARGOS. AUSÊNCIA DE FIXAÇÃO PRÉVIA DE HONORÁRIOS. RECONSIDERAÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA PARA, REAPRECIANDO O RECURSO ESPECIAL DA FAZENDA NACIONAL, TÃO SOMENTE EXCLUIR A CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS RECURSAIS.*

1. Trata-se de Agravo Interno interposto pela FAZENDA NACIONAL em adversidade à decisão monocrática (fls. 261/266), que negou provimento ao seu Recurso Especial, condenando-a na sucumbência recursal, nos termos do art. 85, § 11 do Código Fux. A decisão restou assim ementada:

*PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. INOCORRÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 535, II DO CPC/1973. INCIDÊNCIA DE JUROS DE MORA SOBRE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. POSSIBILIDADE. RECURSO ESPECIAL DA FAZENDA NACIONAL A QUE NEGA PROVIMENTO.*

2. A parte agravante se insurge contra a majoração da verba honorária recursal, aduzindo, em resumo, que *é incabível falar em honorários recursais quando não há prévia fixação de honorários. Isso porque o §11 do art. 85 do CPC/2015 dispõe expressamente que o Tribunal majorará os honorários fixados anteriormente levando em conta o trabalho adicional realizado em grau recursal. No caso em tela, tem-se que a r. sentença de piso negou provimento aos embargos à execução da Fazenda Nacional sem nova condenação em honorários* (fls. 271).

3. A parte agravada apresentou impugnação (fls. 279/281).

4. É o relatório.

5. Em face das razões lançadas no presente recurso, reconsidero a decisão de fls. 261/266, no que diz com a verba honorária recursal.

6. Com efeito, no caso, o acórdão recorrido foi proferido em sede de Cumprimento de Sentença, interposto contra decisão que rejeitou os embargos, em que não houve prévia fixação de honorários sucumbenciais. Sendo assim não deverá haver majoração de honorários advocatícios (art. 85, § 11 do Código Fux). Nesse sentido: AgInt no AREsp. 1.226.043/RJ, Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, DJe 28.6.2018; EDcl nos EDcl no AgInt no Resp. 1.664.815/RS, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 27.3.2018).

7. Dessa maneira, em sendo os honorários recursais um acréscimo à verba honorária já anteriormente fixada, na inexistência dessa fixação anterior, não há falar-se em majoração.

8. Ante o exposto, conhece-se do Agravo Interno para, em juízo de retratação, excluir a condenação do Ente Público na majoração da verba honorária recursal. Mantida, no mais, a decisão agravada.

9. Publique-se.

10. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 1º de fevereiro de 2019.

**NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO**  
**MINISTRO RELATOR**